

Brasília-DF, 25 de agosto de 2007.

Comando de Greve Nacional: Léia, Luiz Antônio, Paulo Henrique, Cosmo, Maria Angela, Ricardo, Graça, Vera, Janine, Miguel, Cristina del Papa, Almiram, Marcos Botelho, Loiva e Rolando (**Direção Nacional**); Silnando, Carmem, Sérgio e Laura (**SINTET-UFU**); Cléa da Mata, Cida, Neide Dantas, Milton e Sebastião (**SINDIFES-BH**); David Silva (**SINTUFEJUF**) Eurides, Bené, Jorge e Guedes (**SINTFUB**); José Ferreira, João Portácio, Pedro Santiago e Evaldo (**SINTUFCE**); Eugénia, Rosinaldo e Boaventura (**SINTUF-MT**); Rita, Paulo, Valdemir e Carlinhos (**ASSUFBA-SIND**); Tatiana, Patrícia, Chiquinho e Nivaldo (**SINTUFRJ**); José Anchieta e Rita (**SINTEST-RN**); Jairo Honório (**SINTUFEPE/FED**); Marcos Acioly e Jose Marcos (**SINTUFEPE/Rural**); Assis (**SINTUFSC**); Louira, Hernani, Paulo Roberto e Everton (**ASSUFSM**); Clodoaldo, José Ferreira, Marinésio e Mafaldo (**SINTESPB**); Hilton, Sidney e Adão (**ASSUFOP**); Rita, Julio Reis, Christina e Julio Daniel (**ASAV**); Luiz Fernando (**SINDITEST-PR**); Eduardo (Dudu), Vera e Paulo Menezes (**SINT-UFUG**); Ivete (Nega Loira) e Melissa (**SINTUNIFESP**); Cipriano, Maria Clara e Lucídio (**SINTUFMA**); Atamário e Hamilton (**SINTUFS**); Jorjão (**ASUNIRIO**); Arami e Maria de Lourdes (**ASSUFRGS**); Lidismar (Lilica) e Chiquinho (**SINTESAM**); Dario (**SINTEST-AC**); Vânia e Maria Antonia (**SINTUFSCAR**); Manteiga (**SINTUR-RJ**); Antonio Silveira e Maria de Lourdes (**APTAFURG**); João Alberto - Bola (**ASUFPEL**); Edilson e Eber (**SINDUFLA**) e Leila, Pedrina e Rute Helena (**SINTUFF**).

Presente em Brasília: Soares (**UFPA**) e Sirle (**SINTET-UFU**).

Diretores que se encontram em São Paulo-SP, participando do VI ENSAR-CUT/NAC: Luizão e João Paulo (pela **Direção Nacional**) e Bonfim (pela **ASSUFBA**).

ERRATAS:

1. Eduardo, Vera e Paulo Menezes (**SINT-UFUG**); Antonio Silveira e Maria de Lourdes (**APTAFURG**) e João Alberto - Bola (**ASUFPEL**) se encontram no CNG, como Delegados (as) de suas respectivas Bases, desde o dia 21/08.
2. O Delegado Gibran (**SINT-UFUG**) constou dos IGs anteriores como integrante do CNG por equívoco, uma vez que retornou à sua Base desde a semana passada.
3. Edilson e Eber se encontram no CNG, como Delegados do **SINDUFLA** desde o dia 23/08.

**90 DIAS DE PARALISAÇÃO
46 INSTITUIÇÕES FEDERAIS EM GREVE****FASUBRA ENVIA OFÍCIO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de hoje (24/08) está participando do Lançamento do PAC, em Curitiba-PR. Durante o evento, por iniciativa da companheira de nossa base, Roseli Isidoro, Vereadora do PT-PR, foi assegurado espaço para a FASUBRA entregar um documento ao Presidente Lula. Solicitamos que a companheira fosse nossa portadora nesta ação. O referido documento, transcrito abaixo, expressa o momento de nossa Greve e as dificuldades que ainda enfrentamos no processo negocial em curso.

"Brasília-DF, 23 de agosto de 2007

EXMº SENHOR
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NESTA

Senhor Presidente,

Os (as) trabalhadores (as) técnico-administrativos (as) das Universidades Brasileiras conquistaram, neste governo, no ano de 2004, através da Lei 11.091, uma Carreira Nacional. Esta conquista possui, para esta categoria, um significado emblemático, pois afirmou, no seio da academia, uma identidade, onde predominava uma cultura discriminatória acerca do papel desta categoria. A partir da Carreira, todos (as)

somos trabalhadores (as) em educação técnico-administrativos (as), cujo papel possui interface direta com a produção do conhecimento, através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Com a Carreira, conquistamos mais uma batalha na luta pela superação do preconceito existente na academia, delegando papel para uns de "execução" e para outros o "pensar". Esta dicotomia foi cultuada, por séculos nas Universidades, colocando os (as) trabalhadores (as) técnico-administrativos (as), com o papel de executar as tarefas delegadas. A esta categoria não cabia o pensar e o planejar. A Carreira rompeu com esta lógica, instituindo, na forma da Lei, o reconhecimento do nosso fazer, articulado às demais atividades desenvolvidas pelos docentes.

No Termo de Acordo assinado em 2004, que assegurou a instituição da Carreira, bem como no Ato da Promulgação da Lei, em 2005, Vossa Excelência, afirmou: "*demos um passo, pode não ter sido um grande passo, mas daremos outros passos nesse processo que podem não ser grandes mas nunca daremos um passo atrás.*"

Entendemos que esta conquista se deu com a nossa Luta, mas também com o compromisso do Governo, em dar seqüência ao aprimoramento da Carreira, registrado, no Termo de Acordo, que previa o desenvolvimento das outras etapas, entre elas a de evolução salarial da Tabela.

Após 02 anos e 07 meses, da promulgação da Lei, mesmo sendo a educação prioridade neste segundo mandato de governo e ainda ter registrado no Programa Setorial/Educação de Governo, a meta de evolução salarial, para os trabalhadores técnico-administrativos das Universidades, continuamos com o menor piso do conjunto funcionalismo: R\$ 701,00 (setecentos e hum reais), menos que dois salários mínimos.

Concordando com o vosso pronunciamento de que é necessária uma política de governo, que supere as distorções salariais no serviço público, onde constatamos, analisando os salários do poder executivo, que atividades iguais são remuneradas de forma diferente, entendemos que na Evolução de nossa Tabela, deve ser considerada a discriminação por dentro de nossa Tabela, em função do baixo piso salarial.

Infelizmente fomos levados a Greve, devido a falta de negociação. Ficamos todo o ano de 2006, atuando num Grupo de Trabalho, estruturado por indicação do Ministério da Educação, com o compromisso de que no início do ano de 2007, implementaríamos o consenso obtido no Grupo. Desde o início do ano de 2007, reiteramos esta solicitação, no sentido da retomada do processo negocial, e não atingindo este objetivo, deflagramos a Greve em 28 de maio, cuja centralidade do ponto de vista salarial, é a construção de uma política, através da evolução da Tabela, que aponte a médio prazo, a disposição concreta do governo, em uniformizar os salários, pelo menos no Poder Executivo.

Nesse sentido, concordamos com a sugestão do Ministro da Educação e do Planejamento, em trabalhar a evolução de nossa Tabela, iniciando uma superação das distorções salariais, tendo por parâmetro inicial, os pisos salariais do PGPE – Plano Geral do Poder Executivo, que hoje equivalem a R\$ 1.200,00.

Importante registrar que isso não implica em equiparação dos tetos salariais, por conta do PGPE apresentar hoje uma tabela comprimida, e com isso, não apresenta nenhum fator de evolução, de desenvolvimento e valorização dos trabalhadores(as) ao longo de sua vida funcional.

A proposta apresentada pelo Ministério do Planejamento, na sua lógica, reafirmada na Mesa de Negociação, realizada no dia 23 de agosto, às 19:00 h, desestrutura a nossa Carreira. O nosso sentimento é que, conquistamos uma Carreira no Governo Lula, após 20 anos de Luta, e agora, após apenas, 02 anos de sua implantação, o Ministério do Planejamento, propõe, um modelo que rompe, com o princípio mais caro, que conquistamos com a mesma, que é a nossa identidade única, independentemente, da formação escolar.

O maior impasse surgido, neste processo negocial, Senhor Presidente, está na concepção de nossa Carreira, que não discrimina o trabalho manual do intelectual, ao contrário agrega a este trabalho desenvolvido para a produção do conhecimento, o valor social do mesmo. Por isso não concebemos que exista tratamento diferenciado, na concessão do ganho salarial, vinculado a uma visão discriminatória, onde existem duas categorias de trabalhadores (as) técnico-administrativos (as), uns entendidos como carreiras de gestão (que possuem nível superior) e os demais como de segunda categoria.

Por outro lado, reconhecemos que é devido, neste momento da evolução de nossa Tabela, um ganho maior para aqueles que ganharam menos na primeira etapa da implantação da Carreira. Entretanto, defendemos e disto não abriremos mão, que todos devem ganhar, e que o piso de nossa Carreira, deve aproximar do piso do PGPE.

Mesmo assim, neste momento de nossa Greve, com todas as contradições inerentes ao processo de negociação, tensionado pela própria Greve, o Comando Nacional de Greve, entendendo a negociação como capacidade de mediação, flexibilizou o máximo, após análise da contra proposta apresentada pelo Ministério de Planejamento. A nossa proposta original tinha um custo de 9 bilhões, e a atual, custa um terço desde valor, 3 bilhões, em três (03) anos – 2008, 2009, 2010.

Cabe ainda destacar, Senhor Presidente, que qualquer repercussão orçamentária para a superação dessas distorções salariais, representará um aporte no orçamento significativo, afinal, somos 156 mil trabalhadores, distribuídos em mais de 60 Instituições Federais de Educação Superior, incluindo os CEFET's.

Diante do exposto e convictos do vosso papel na conquista de nossa Carreira e no compromisso de aprimorá-la, apelamos a vossa mediação junto ao Planejamento, para que possamos construir um consenso que possibilite para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) das Universidades, bem como para o Governo, a construção de proposta, que dê credibilidade a negociação em curso, e que possa dar ganhos para a categoria, na lógica defendida pelo movimento – mantendo a nossa conquista histórica, conquistada neste governo.

COMANDO NACIONAL DE GREVE”

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA MESA TÉCNICA - CNG/FASUBRA E SRH/MP – 24/08/2007

Pelo Governo: Secretário Duvanier, Idel, Penha, Ana Lúcia (MP), Maria do Socorro – Nina (MEC).

Pela FASUBRA: Léia, Luiz Antônio, Fatinha, Paulo Henrique e Loiva.

De acordo com os encaminhamentos da Mesa de Negociação, realizada no dia anterior, em 24 de agosto às 15:00 horas, nos reunimos com a representação do Governo, para ouvir as explicações, por parte do Ministério do Planejamento, acerca das colocações afirmadas na Mesa, no tocante a:

01. *Que o valor proposto pelo governo de R\$ 988,00 não era através de complemento salarial e, sim, piso real, por dentro da Tabela.*

02. *Que os(as) trabalhadores(as) que estivessem enquadrados nos padrões de 01 a 06 do Nível de Classificação A teriam as mesmas condições que os demais integrantes da Carreira, para desenvolvimento na mesma, a partir da avaliação de desempenho (por níveis de padrões) e a partir dos cursos de capacitação (nos níveis de capacitação), ou seja, o desenvolvimento na Carreira será assegurado através do deslocamento de qualquer situação que o servidor estiver nos padrões acima referidos para o padrão 7, cujo valor extrapola os R\$ 988,00.*

03. *Que haveria um esforço na discussão técnica, aliando os dois elementos acima, para ter um ganho maior para os Níveis de Classificação B, C, D, em especial, para o Nível de Classificação C, que possui, da mesma forma que o E, o maior número de VBC.*

Cabe destacar que esta reunião não teve caráter de negociação, apenas de explicitação, conforme solicitação do próprio Governo acerca da proposta apresentada a FASUBRA.

O Secretário Duvanier abriu a reunião, colocando que a mesma tinha um caráter de explicitação do conteúdo da proposta e que a mesma representava um esforço do Governo na construção, que garantisse o piso na Tabela, na ordem de **R\$ 988,00**, de acordo com a contra proposta, apresentada pela FASUBRA. Colocou que este valor apresentado não era complemento e, sim, piso real.

Em seguida, mais uma vez, problematizou o formato de nossa Tabela, a distribuição dos cargos nas classes e, principalmente, o nível de escolaridade para ingresso dos cargos integrantes do *Nível de Classificação C*.

A reunião ficou tencionada, pois colocamos que aquele não era o espaço para, mais uma vez, debatermos concepção e que não abriríamos mão da forma como se encontra estruturada a nossa Tabela, com o número de classes, integrado pelos cargos, a partir de uma avaliação dos indicadores como risco, esforço físico, escolaridade, experiência, e conhecimento técnico.

Após duas horas de debates, onde ratificamos a nossa posição, o Governo voltou a explicar a posição do mesmo quanto ao piso e a garantia de desenvolvimento na Carreira.

Com relação ao piso:

01. Colocou que o valor de R\$ 988 integraria a malha salarial, nos padrões 01, 02, 03, 04, 05, 06, na primeira Tabela, em **2008**, onde temos 698 trabalhadores (as), destes, 296 ativos (as) e 402 aposentados (as) e pensionistas.
02. O nível de padrão 01, do *Nível de Classificação B*, seria também no valor de R\$ 988,00 em **2008**.
03. Colocou que para garantir o desenvolvimento, no primeiro ano, os integrantes dos padrões 01, 02, 03, 04, 05, 06, após avaliação por desempenho, iriam para o padrão 07.
04. Se tivessem carga horária suficiente, iriam para o Nível de Capacitação correspondente.
05. Se tivessem Incentivos de Qualificação, ficariam com o mesmo índice.
06. Desta forma, o **padrão 07**, teria que ter um valor de piso que garantisse o **step** de 3,6%, entre o padrão 06 e 07, ficando no **valor de R\$ 1.023,00**.

Questionamos ao Secretário, que aquela informação contradizia as explicações dadas pela equipe técnica do MP, por ocasião da apresentação da proposta. O Secretário Duvanier e a representante do MEC, Maria do Socorro, disseram que aquela explicitação era a correta, e que a os técnicos tinham se equivocado, quando colocaram, na Mesa Técnica anterior, que o R\$ 988,00 era a título de complementação.

Diante desta afirmativa, solicitamos um tempo, para trabalharmos as informações acima, na lógica colocada pelo CNG/FASUBRA, de avanço no piso e nos ganhos do *Nível de Classificação C*.

Após a aplicação das informações, na Tabela, observamos que teríamos uma antecipação do valor do Piso para o **Nível de Padrão 01**, no valor de **R\$ 988,00** para 2008, o que garante um índice de **29,68% no piso do Nível de Classificação A**.

Observamos que no *Nível de Classificação B* terá uma evolução salarial, na ordem de **22,39%** no piso e de **26,36%** no teto, e no *Nível de Classificação C* terá uma evolução salarial na ordem de **23,72%** no piso e de **27,11%** no teto. O *Nível de Classificação D* terá **29,36%** no piso e **32,34%** no teto e o *Nível de Classificação E*, permanece com os mesmos índices de **85,69%** no piso e **89,29%** no teto.

Fazendo as simulações, constatamos que, em **2008** - os 06 primeiros padrões permanecerão com o piso de R\$ 988,00; em **2009**, os 05 primeiros padrões permanecerão com o piso de R\$ 988,00; e, em **2010**, os 03 primeiros padrões do *Nível de Classificação A* permanecerão com o piso de R\$ 988,00.

Solicitamos que fosse entregue oficialmente à FASUBRA a explicitação da proposta apresentada pelo Governo. O Secretário Duvanier colocou que estaria encaminhando a mesma, de forma oficial, na Mesa de Negociação, vez que aquele era um espaço técnico. A reunião ficou agendada para 2ª. feira (dia 27 de agosto).

O Secretário colocou, ainda, que a representação da FASUBRA poderia, de forma transparente e verdadeira, reproduzir todo o conteúdo da reunião ao CNG, com todas as informações colocadas na Mesa Técnica, vez que o tempo para apresentar formalmente a explicitação da proposta ao CNG, era apenas uma questão de "zele" por parte do MP.

O CNG/FASUBRA, reunido no dia 25 de agosto deliberou:

- Realização de uma oficina explicitando o resultado da Mesa Técnica, para o conhecimento dos membros do CNG, no dia 27 de agosto (2ª-feira);
- Diante do fato, desta explicação ocorrida na Mesa Técnica, não ter sido encaminhada de forma oficial, deliberou pelo envio apenas do relatório da reunião, sem as simulações de Tabela.
- O CNG/FASUBRA estará fazendo uma avaliação da mesma, a partir da entrega oficial da proposta, no dia 27 de agosto (2ª-feira).